**REGULAMENTO DO PROGRAMA DE DOUTORAMENTO EM ENGENHARIA
INFORMÁTICA, DA FACULDADE DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO
PORTO**

PREÂMBULO

No cumprimento da sua missão, a FEUP tem desenvolvido uma significativa actividade ao nível de pós-graduação nas áreas científicas associadas ao Departamento de Engenharia Electrotécnica e de Computadores e, em particular, na área de Engenharia Informática, que muito tem contribuído para a sua afirmação no plano nacional e internacional. A criação do presente Programa de Doutoramento e conseqüente adequação ao regime de Terceiro Ciclo do Ensino Superior, segundo o Decreto Lei N.º 74, de 24 de Março de 2006, resulta da necessidade de uma transformação qualitativa, que incremente e projecte esta actividade, melhorando o seu reconhecimento e visibilidade internacional.

O Programa de Doutoramento organiza, estrutura e explicita o percurso de um estudante de doutoramento ao longo das fases que constituem o seu trabalho, nas suas vertentes curricular e científica. O presente Regulamento descreve as atribuições dos órgãos de gestão do Programa, a organização e funcionamento deste, e os mecanismos de orientação e acompanhamento do trabalho de um candidato ao grau de Doutor, desde a sua aceitação no Programa até à realização das provas de doutoramento.

REGULAMENTO

Artigo 1º

Criação do Programa

A Universidade do Porto, através da FEUP, institui um Terceiro Ciclo de Estudos Superiores, aqui designado por Programa de Doutoramento em Engenharia Informática, doravante designado por Programa, através do qual confere o grau de Doutor nesta área.

Artigo 2º

Órgãos de gestão do Programa

Os órgãos de gestão do Programa, de acordo com o Artigo 4º da Deliberação nº 897/2005 do Senado da UP, publicada no DR, 2ª Série, nº 124, de 30 de Junho de 2005, onde também são descritas as suas competências, são os seguintes:

- a) Director do Programa,
- b) Comissão Científica do Programa.

Artigo 3º

Director do Programa de Doutoramento – nomeação e atribuições

1. O Director do Programa é um professor catedrático ou associado, nomeado pelo Director da FEUP, ouvida a Comissão Executiva do DEEC, e tem as funções de direcção e coordenação global do Programa, em articulação com a Comissão Científica a que preside.
2. Em complemento às competências definidas na Deliberação nº 897/2005, compete ainda ao Director de Programa:
 - a) Propor a restante composição da Comissão Científica do Programa;
 - b) Presidir à Comissão Científica, dispondo de voto de qualidade;
 - c) Garantir o bom funcionamento do Programa;
 - d) Preparar e executar o Plano e Orçamento do Programa e elaborar os Relatórios de Execução;
 - e) Representar oficialmente o Programa;
 - f) Promover a divulgação nacional e internacional do Programa;
 - g) Preparar a proposta de distribuição de serviço docente, em articulação com os Departamentos envolvidos, para aprovação pela Comissão Científica do Programa.

- h) Elaborar e submeter à aprovação superior, a proposta de regime de ingresso e "numerus clausus", ouvida a Comissão Científica.
 - i) Decidir sobre a aceitação das candidaturas, ouvida a Comissão Científica.
3. O Director de Programa pode delegar algumas das suas funções em membros da Comissão Científica.

Artigo 4º

Comissão Científica – composição e atribuições

1. A Comissão Científica do Programa, a homologar pelo Director da FEUP, integra, para além do Director do Programa, três professores.
2. Em complemento às competências definidas na Deliberação nº 897/2005, compete ainda à Comissão Científica:
 - a. Aprovar as propostas de Plano e Orçamento do Programa, bem como os Relatórios de Execução;
 - b. Definir anualmente o elenco e o conteúdo das disciplinas da componente curricular do Programa, bem como deliberar sobre a distribuição do serviço docente;
 - c. Seleccionar os candidatos, dar parecer sobre a sua admissão provisória no Programa e definir a componente curricular de cada aluno;
 - d. Nomear o Grupo de Acompanhamento de cada Doutorando, incluindo a designação do Orientador e do Co-orientador;
 - e. Dar parecer sobre a admissão definitiva do aluno no Programa, tendo em conta o desempenho na componente curricular e a apreciação do plano de trabalhos;
 - f. Elaborar as propostas de constituição de júris de doutoramento, ouvido o orientador, e submetê-las superiormente para aprovação e nomeação.
3. À Comissão Científica compete ainda apoiar o Director na gestão global do Programa, garantir o bom funcionamento deste e contribuir para a sua divulgação nacional e internacional.

Artigo 5º

Orientador e Grupo de Acompanhamento do Doutorando

1. Durante o primeiro ano, o orientador do doutoramento, um Professor da Universidade do Porto, é nomeado pela Comissão Científica do Programa, com o acordo do aluno.
2. A Comissão Científica do Programa pode ainda designar um co-orientador, com o acordo do aluno e do orientador.
3. Compete ao orientador e ao co-orientador, caso exista:
 - a. Avaliar as necessidades de formação do Aluno e propor, quando necessário, uma disciplina de Estudo Livre, nos termos do artigo 6º ponto 7, que orientarão;

- b. Informar anualmente e por escrito a Comissão Científica, sobre a evolução do trabalho do aluno.
 - c. Dar parecer, ouvido o Grupo de Acompanhamento do Doutorando, sobre a possibilidade de submissão da Dissertação, nos termos do Artigo 10º, ponto 1.
4. O Grupo de Acompanhamento do Doutorando é constituído pelo orientador e co-orientador, se existir, e por mais dois professores ou especialistas de reconhecido mérito nomeados pela Comissão Científica do Programa, ouvido o orientador, devendo pelo menos um dos seus membros ser exterior à FEUP.
 5. Ao Grupo de Acompanhamento do Doutorando compete emitir parecer sobre o plano de trabalhos referido no ponto 11 do Artigo 6º e prestar apoio, quando solicitado, à investigação desenvolvida pelo aluno.

Artigo 6º

Organização e funcionamento do Programa

1. O Programa é organizado segundo o sistema de créditos ECTS e compreende um Curso de Doutoramento, aqui designado por Componente Curricular, com um total de 60 ECTS e uma componente de investigação com 120 ECTS.
2. A componente curricular tem um plano de estudos definido individualmente para cada aluno pela Comissão Científica, tendo em consideração os interesses por ele manifestados.
3. A pedido do aluno, ser-lhe-á concedido um Diploma de Pós-Graduação Avançada, desde que tenha obtido os 60 ECTS previstos na Componente Curricular.
4. A componente curricular inclui 22,5 ECTS a obter obrigatoriamente de duas Unidades Curriculares da área científica “Temas Multidisciplinares” e os restantes 37,5 a obter de Unidades Curriculares optativas de entre as áreas científicas “Arquitectura de Computadores, Sistemas Operativos e Redes”, Ciências e Tecnologia da Programação”, “Engenharia de Software”, “Interação e Multimédia”, “Sistemas de Informação” e “Sistemas Inteligentes”.
5. Em cada ano lectivo, a Comissão Científica publica o elenco das disciplinas da componente curricular do Programa, que pode incluir disciplinas oferecidas no âmbito de cursos de mestrado ou de outros programas de doutoramento ministrados pela FEUP, por outras unidades orgânicas da Universidade do Porto, ou por outras universidades, nacionais ou estrangeiras.
6. A componente curricular pode incluir disciplinas leccionadas em língua inglesa.
7. A componente curricular deve incluir Unidades de Crédito ECTS correspondentes a uma disciplina em área diferente da do doutoramento e a uma disciplina de iniciação à investigação.

8. A componente curricular pode ainda incluir Unidades de Crédito ECTS correspondentes a uma disciplina de Estudo Livre destinada à aquisição de conhecimentos em temas não abrangidos por disciplinas oferecidas no Plano de Estudos do Programa.
9. Tendo em consideração o seu currículo, a Comissão Científica pode reconhecer ao aluno até 30 ECTS da parte curricular.
10. Em casos justificados a Comissão Científica pode decidir pela obrigatoriedade de realização de disciplinas de pré-requisito.
11. O tema de dissertação é proposto pelo orientador, tão cedo quanto possível, até à finalização da componente curricular por parte do aluno.
12. Um aluno admitido no Programa é inscrito provisoriamente como aluno de doutoramento, ficando a inscrição definitiva como aluno de doutoramento dependente de parecer positivo da Comissão Científica, que terá em consideração o desempenho na componente curricular, que deve obrigatoriamente estar terminada, e a apreciação do plano de trabalhos.
13. O plano de trabalhos de doutoramento, que deve merecer o acordo explícito do orientador, é apresentado, até ao fim do segundo ano, em documento escrito, identificando os objectivos, descrevendo o estado da arte, relatando o trabalho já desenvolvido e propondo as linhas de trabalho futuro.
14. O plano será apreciado, no prazo máximo de 60 dias, por um júri constituído por um membro da Comissão Científica, que preside, e pelos membros do Grupo de Acompanhamento do Doutorando devendo, para o efeito, ser agendada uma apresentação oral seguida de discussão.
15. Após a inscrição definitiva como aluno de doutoramento, o aluno realizará trabalho de investigação conducente à submissão da dissertação de doutoramento correspondendo a uma duração normal prevista de dois anos de trabalho a tempo inteiro.

Artigo 7º

Duração do doutoramento

1. Normalmente, a duração do doutoramento é de, no mínimo, três anos equivalentes a tempo inteiro de actividade, sendo desejável que não exceda o prazo de quatro anos, equivalentes a tempo inteiro.
2. Em circunstâncias excepcionais e a requerimento do aluno, que deverá ser efectuado até 90 dias do final do prazo, a entrega da dissertação pode ser antecipada, ou realizada para além dos quatro anos, mediante parecer favorável da Comissão Científica do Programa e decisão do Conselho Científico da FEUP, uma vez ouvido o Grupo de Acompanhamento do Doutorando.

Artigo 8º

Seleção, calendário, número de vagas e propinas

Os critérios de seleção, as datas de inscrição, o calendário lectivo, o número de vagas e o valor das propinas são fixados anualmente sob proposta da Comissão Científica do Programa, de acordo com o Nº 2 da alínea h do artigo 3º.

Artigo 9º

Condições de acesso

1. O ingresso no Programa de Doutoramento é condicionado à submissão, pelo candidato, com requerimento próprio, de documentação que comprove as condições estabelecidas na legislação nacional, nos normativos da UP e da FEUP e, em particular, respeitar pelo menos uma das alternativas expressas nas alíneas seguintes:
 - a. Possuir o grau de Mestre ou um segundo ciclo de formação superior em Engenharia Informática;
 - b. Possuir uma graduação em Ensino Superior, obtida em instituição nacional ou estrangeira, reconhecida como apropriada pela Comissão Científica do Programa;
 - c. Possuir um currículo profissional ou científico reconhecido como relevante e apropriado pela Comissão Científica.
2. Os candidatos devem ter um bom domínio, falado e escrito, da língua inglesa, podendo, em casos justificados, a Comissão Científica aceitar candidatos noutras condições.

Artigo 10º

Dissertação e provas de doutoramento

1. A dissertação, escrita em língua Portuguesa ou Inglesa, deve ser apresentada em versão provisória, incluindo resumos nas duas línguas, devendo ainda ser acompanhada de um parecer do orientador e do co-orientador, caso exista.
2. A dissertação deve ser acompanhada pelo curriculum vitae do aluno e de um parecer do orientador e co-orientador, caso exista.
3. O júri de doutoramento é nomeado pelo reitor mediante proposta do Conselho Científico da FEUP, de acordo com o artigo 4º, ponto 2, alínea f) e nos termos da legislação e regulamentos em vigor.
4. As provas de doutoramento terão lugar nos termos da legislação e regulamentos em vigor.
5. O aluno deverá submeter uma versão definitiva da dissertação que deverá mencionar os nomes dos membros do júri de doutoramento.

6. A emissão do diploma de doutoramento fica dependente da entrega da versão definitiva, com as correcções indicadas pelo júri de doutoramento, caso existam, que deverão ser objecto de verificação pelo orientador da dissertação.

Artigo 11º

Casos omissos

Os casos omissos deste regulamento serão resolvidos superiormente, por proposta da Comissão Científica do Programa.